

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.726.835 - CE (2018/0044990-0)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : ESTADO DO CEARÁ
PROCURADOR : PAULO MARTINS DOS SANTOS E OUTRO(S) - CE019927
RECORRIDO : MARIA LIDUINA DE OLIVEIRA ALMEIDA
RECORRIDO : CELINA DE OLIVEIRA SILVA
RECORRIDO : CELI BARROS DE OLIVEIRA BARBOSA
RECORRIDO : JARINEIDE DE OLIVEIRA DE VASCONCELOS
ADVOGADO : FRANCISCO APRIGIO DA SILVA - CE009073

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pelo Estado do Ceará, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do respectivo Tribunal de Justiça assim ementado (e-STJ, fl. 113):

APELAÇÃO CÍVEL. PENSÃO POR MORTE. POLICIAL MILITAR. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. SÚMULA Nº 85 DO STJ. APLICAÇÃO APENAS PARA AS ANTERIORES AOS CINCO PROPOSITURA DA AÇÃO, SEM ALCANÇAR O FUNDO DE DIREITO. A PENSÃO DO POLICIAL MILITAR DEVE CORRESPONDER A INTEGRALIDADE DO QUE PERCEBERIA SE VIVO FOSSE. SUPRESSÃO. IMPOSSIBILIDADE. DICÇÃO DO ART. 40, § 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. PRESTAÇÕES DE TRATO SUCESSIVO. DEVIDAS AS DIFERENÇAS SALARIAIS A PARTIR DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO DEVIDAMENTE CORRIGIDAS. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E IMPROVIDA. ENTENDIMENTO ITERADO DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL.

Sustenta o recorrente, em suma, a violação do art. 18 da Lei n. 1.533/1951, por entender que o prazo decadencial para a impetração do mandado de segurança já havia transcorrido por ocasião do ajuizamento da ação.

Afirma que o termo inicial da decadência ocorreu com a ciência do valor da pensão por morte, em 2/2/1999, enquanto o remédio constitucional apenas foi impetrado em 14/2/2000, posteriormente aos 120 (cento e vinte) dias legalmente previstos.

Contrarrazões às e-STJ, fls. 203-214.

Parecer do Ministério Público Federal às e-STJ fls. 231-232 pelo não provimento do recurso.

É o relatório.

A questão jurídica colocada no presente recurso especial será impactada pela deliberação da Primeira Seção nos Recursos Especiais n. 1.783.975/RS e 1.772.848/RS (Tema 1017).

Superior Tribunal de Justiça

Nessa ocasião, será uniformizada a jurisprudência desta Corte acerca da seguinte questão: "Definição sobre a configuração do ato de aposentadoria de servidor público como negativa expressa da pretensão de reconhecimento e cômputo, nos proventos, de direito não concedido enquanto o servidor estava em atividade, à luz do art. 1º do Decreto 20.910/1932 e da Súmula 85/STJ".

Confira-se:

Por todo o exposto, proponho que o presente Recurso Especial seja admitido como representativo da controvérsia, conjuntamente com o Resp 1.772.848/RS, nos termos do artigo 1.036, § 5º, do CPC/2015, observando-se o que segue:

- a) a delimitação da seguinte tese controvertida: "Definição sobre a configuração do ato de aposentadoria de servidor público como negativa expressa de pretensão de reconhecimento e cômputo nos proventos de direito não concedido enquanto o servidor estava em atividade, à luz do art. 1º do Decreto 20.910/1932 e da Súmula 85/STJ";
- b) a suspensão de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem acerca da questão delimitada e tramitem no território nacional (art. 1037, II, do CPC/2015);
- c) a comunicação, com cópia do acórdão, aos Ministros da Primeira Seção do STJ e aos Presidentes dos Tribunais Regionais Federais, Tribunais de Justiça e à Turma Nacional de Uniformização;
- d) vista ao Ministério Público Federal para parecer, nos termos do artigo 1.038, III, § 1º, do CPC/2015.

Conquanto o presente caso não trate de prescrição, mas sim de decadência, e tenha como objeto ato de concessão de pensão, não de aposentadoria, entendo que os fundamentos jurídicos são idênticos para o deslinde de ambas as questões, notadamente se há reconhecimento de negativa expressa da administração na não incorporação aos proventos de vantagem pecuniária supostamente devida.

Assim, o acolhimento dos citados recursos especiais como representativos da controvérsia impõe o sobrestamento dos recursos interpostos na origem, cuja matéria se identifique com o tema afetado, para que, uma vez concluído nesta Corte o julgamento, seja o inconformismo apreciado na forma dos arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015.

Ante o exposto, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que, após a publicação do acórdão representativo da controvérsia, o recurso especial tenha seguimento negado, na hipótese de o julgamento recorrido estar em conformidade com a orientação firmada pelo STJ, ou para que seja provido, conforme o caso, quando o julgamento recorrido divergir do entendimento firmado neste Tribunal Superior, nos termos dos arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

